

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.189 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2000

Lando
concorda com
antecipação de
parte do
reajuste



Relator anuncia solução para aumentar o mínimo

Recursos necessários à elevação do piso salarial do país para R\$ 180, a partir de 1º de maio, sairiam da cobrança de impostos dos fundos de pensão e de reestimativa das receitas. A informação é de Amir Lando, que concorda com antecipação de parte do reajuste para janeiro

PÁGINA 5

Dutra refuta acusações contra candidatos do PT a prefeito

PÁGINA 8



Henrique Loyola quer
alterar os códigos Civil
e de Processo Civil

Proposta de Loyola torna o inventário mais rápido

PÁGINA 3



Bezerra pede juros mais baixos para agricultura

O senador Carlos Bezerra defendeu a aprovação imediata da medida provisória que libera, a juros mais baixos, créditos dos fundos constitucionais para os pequenos produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A não votação da MP tem prejudicado milhares de agricultores, disse.

PÁGINA 7

Plenário aprova projeto que dispensa igrejas de licitação

PÁGINA 3

*Recomeça debate de
novas regras para
sessão do Congresso*

PÁGINA 2



Darcy Ribeiro, falecido
em 1997, completaria
ontem 78 anos

Alcântara homenageia o ex-senador Darcy Ribeiro

PÁGINA 6



A data do depoimento de Everardo Maciel foi acertada ontem em reunião com o presidente e o relator da CPI

EVERARDO MACIEL SÓ DEPÕE NO FINAL DOS TRABALHOS DA CPI DO FUTEBOL

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, será ouvido pela CPI do Futebol ao final dos trabalhos da comissão. O acerto foi feito ontem com os senadores Álvaro Dias e Geraldo Althoff.

PÁGINA 4





Pela proposta, as sessões do Congresso seriam limitadas a eventos como a posse do presidente da República

Recomeça debate da proposta que limita sessões do Congresso

Emenda que permite ao Senado e à Câmara examinar separadamente vetos presidenciais e matérias orçamentárias vai a segunda votação

O Senado iniciou esta semana o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que limita as hipóteses de sessão conjunta do Congresso. Pela proposta, o Senado e a Câmara dos Deputados só se reuniriam para a inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado.

Aprovada por unanimidade em primeiro turno, a matéria será discutida agora em mais duas sessões plenárias, antes de ser votada em segundo turno. Para ser aprovada, precisará de três quintos dos votos dos senadores. Mas antes de ir a promulgação, terá de ser votada na Câmara, também em dois turnos.

Lúcio Alcântara considera um equívoco o Congresso realizar tantas sessões conjuntas, inclusive para a apreciação da lei orçamentária e dos vetos apostos pelo presidente da República a matérias aprovadas pelo Legislativo. Com a alteração de seis artigos da Consti-

tuição, ele deseja que as duas Casas do Legislativo se reúnam exclusivamente para a realização de atos de natureza política.

Também esta semana, o Senado aprovou decretos legislativos outorgando ou renovando a concessão para o funcionamento de 12 emissoras: Rádio e Televisão Bandeirantes, de Salvador (BA); Fundação Nacional de Artes de Montenegro, de Montenegro (RS); Rádio e TV Correio, de Campina Grande (PB); Intersom – Emissoras de Frequência Modulada, de São Carlos (SP); Rádio Cultura de Araçatuba, de Araçatuba (SP); Rádio Educadora Goitacá, de Campos (RJ); Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Araguacema (TO); Organização Guaratubana de Comunicações, de Guaratuba (PR); e Fundação Elias Mansour, nas cidades acreanas de Tarauacá, Brasília, Cruzeiro do Sul e Xapuri.

O Plenário decidiu ainda que o poder público deve dispensar de licitação as entidades religiosas ou filosóficas que pleitearem o uso de bens do Estado, como a explora-

ção de bancas de revista em repartição pública. Para serem dispensadas de licitação, essas entidades terão de provar que realizam trabalhos filantrópicos e darão fim social ao bem recebido (*ver matéria na página 3*).

Ficou resolvido também que tramitarão conjuntamente dois projetos que tornam obrigatória a concessão de licença-maternidade e do salário-maternidade às mães adotantes ou encarregadas da guarda judicial de crianças. Hoje, a mãe adotante, no momento em que recebe a guarda judicial do menor, tem direito apenas a pleitear, no local de trabalho, uma licença de 30 dias para estreitar o convívio com a criança.

Terão, igualmente, tramitação conjunta os projetos dos senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que modificam as normas existentes no Brasil sobre prisão especial. Os dois textos acabam com esse privilégio para os detentos portadores de diploma de curso superior.

Audiência pública e votação movimentaram comissões da Casa

O trabalho das comissões do Senado foi marcado, esta semana, pela aprovação, na Comissão de Educação, do projeto que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. Ele estimulará a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivará a capacitação de recursos humanos, criará empregos e promoverá o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

A proposta também cria um conselho gestor do fundo, constituído por representantes do Executivo, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de agentes financeiros governamentais. O fundo será constituído por recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e deverá ser aplicado exclusivamente no interesse do setor.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou o aumento do limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,3 bilhões. Os recursos servirão para alongar a dívida de curto prazo da empresa, hoje em US\$ 5,1 bilhões. Segundo a Petrobras, o financiamento faz parte das diretrizes de planejamento estratégico, a fim de reduzir a exposição da empresa ante as incertezas dos mercados de crédito internacional.

Em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, defenderam o efeito vinculante para as decisões proferidas tanto pelo STF quanto pelo STJ e o Tribunal Superi-

or do Trabalho (TST). A proposta de emenda constitucional referente à reforma do Judiciário restringe o efeito vinculante ao STF.

A CCJ aprovou ainda projeto da Câmara que cria representações da Procuradoria da República em dez municípios, além de alterar as estruturas de representações em outras 14 cidades. A matéria cria outras 20 representações a serem implantadas gradativamente. Também foi aprovado parecer favorável a projeto que torna inelegíveis os candidatos cuja prestação de contas relativa à campanha eleitoral tenha sido rejeitada. O projeto prevê a anulação do diploma de eleito e a perda do mandato dos já empossados, caso as contas sejam rejeitadas.

Foi aprovado também na CCJ projeto que amplia a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a inclusão de um representante dos municípios da área de atuação da instituição. O representante deve ser indicado por entidade que congregue a maioria das associações e federações estaduais de municípios.

Já a CPI do Senado que investiga o futebol brasileiro resolveu quebrar os sigilos bancário e fiscal da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da empresa Traffic Marketing Esportivo e do ex-treinador da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo. Também foi aprovada a convocação do vice-presidente do Vasco da Gama, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), que vai depor em data ainda a ser confirmada.

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Souto elogia previsão de verbas para saneamento

O senador Paulo Souto (PFL-BA) elogiou a previsão de investimento em saneamento de verbas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza incluída na proposta de Orçamento para 2001. Segundo disse, a medida é a mais importante decisão tomada nos últimos anos com relação à saúde no Brasil. "Cada real investido em saneamento representa uma economia de, no mínimo, R\$ 4 em saúde curativa", afirmou.

Para assegurar os recursos para a área de saneamento, Souto apelou à Câmara dos Deputados para que aprove o mais rápido possível o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. É essa fonte, lembrou, que permitirá investimentos nas pequenas comunidades do país.

Paulo Souto apóia a proposta do ministro da Saúde, José Serra, para que as empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional possam investir em saneamento. Mas acrescentou que nem todos os estados podem liberar essas empresas das medidas de controle do déficit público. A seu ver, apenas algumas delas, como a Empresa de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp), com mercado denso e alta capacidade de retorno de investimentos, poderão investir.

O senador acrescentou que também sentia "enorme decepção e desesperança" com o fato de estarem previstos apenas R\$



Paulo Souto: "Cada real investido em saneamento representa R\$ 4 em saúde curativa"

50 milhões para aplicação na recuperação e manutenção de rodovias federais na Bahia.

Conforme afirmou, sua desesperança não tem motivação partidária, mas que, como senador pela Bahia, não podia deixar de expressar a decepção que predomina em seu estado. "A Bahia é um dos estados com grande malha rodoviária federal e, devido à falta de investimentos em recuperação e manutenção, tem arcado com o ônus dos índices crescentes de acidentes, aos quais se soma o aumento dos assaltos – devido à lentidão forçada do tráfego – e dos preços dos fretes", disse o senador.

– Há mais de três anos perdura esse constrangimento – lamentou, apelando ao presidente da República e ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para que levem em conta a situação por que atualmente passam as rodovias federais na Bahia.

Projeto de Loyola acelera inventários e partilhas de bens

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) anunciou ontem que apresentou projeto de lei que altera os códigos Civil e de Processo Civil para tornar mais rápidos os processos amigáveis de inventário e de partilha de bens diretamente por escritura pública, quando realizados entre meeiros, herdeiros ou legatários maiores e capazes.

Em discurso, o senador explicou que a lentidão da Justiça brasileira tem provocado atrasos de até vários anos no andamento dos processos de inventário. Segundo Loyola, se aprovado o projeto os herdeiros, com a assistência de um advogado, poderão tocar o processo extrajudicialmente.



Loyola: lentidão da Justiça tem provocado atraso nos processos

Henrique Loyola afirmou que o inventário, tal como ocorre com a partilha de bens, não exigirá processo judicial. O procedimento será feito por meio de escritura pública, lavrada no tabelionato de notas, se os sucessores forem todos civilmente capazes e concordarem com essa modalidade de solução.

A proposta autoriza ainda os herdeiros a desistir de ações judiciais de inventário que estejam em curso, além de requerer seu arquivamento, desde que provem ter havido decisão amigável extrajudicial. "A aprovação da proposta certamente contribuirá para desburocratizar os inventários e a partilha de bens", concluiu o senador.

Senado aprova benefício a entidades filantrópicas

Conforme projeto de José Roberto Arruda, prestadoras de serviços assistenciais serão dispensadas de licitação para usarem bens públicos

O Senado aprovou ontem projeto de lei do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que dispensa a licitação pública para o uso de bens públicos requisitados por entidades religiosas ou filosóficas prestadoras de serviços filantrópicos. De acordo com a proposta, a licitação não será necessária sempre que a entidade assistencial demonstrar que dará destinação social ao bem público recebido. O projeto terá ainda turno suplementar de votação, uma vez que recebeu uma emenda de Plenário, com parecer do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), pelo acolhimento parcial.

O projeto modifica a Lei nº 8.666/93, que regulamenta os contratos da administração pública, prevendo licitação sempre que houver interesse no uso ou ocupação de área ou bem público, inclusive por entidade assistencial. Arruda explicou que o objetivo da proposta é corrigir distorção que atinge instituições prestadoras de serviços de relevante interesse social.

– Ao exigir igualdade de tratamento da lei para pessoas desiguais mediante licitação, a Lei nº 8.666/93 atenta contra a própria sobrevivência de entidades religiosas e filantrópicas, que jamais poderiam fazer frente a uma licitação de bens e serviços públicos – afirmou Arruda. A emenda apresentada em Plenário determina que os contratos tenham prazos de vigência.



O Plenário durante a votação da proposta que modifica a lei referente aos contratos da administração pública

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra, por acreditar que poderá haver fraudes. Lauro disse que não se deve permitir a realização de negócios com bens públicos sem o aval ético da licitação. O senador lembrou ter especial interesse na matéria e que o Senado já aprovou projeto determinando que, sempre que o governo reajustar pagamentos feitos a empresas vencedoras de licitações, o benefício deve ser repassado às pequenas empresas terceirizadas, que efetivamente realizam os serviços na ponta.

Em resposta a Lauro Campos, o autor do projeto, senador José Roberto Arruda, citou exemplos dos benefícios sociais do projeto. Arruda explicou que, havendo destinação urbana específica, e comprovado o caráter não lucrativo de uma igreja, a instituição poderá adquirir terrenos do Estado sem licitação. Assim, uma igreja não será obrigada a concorrer com empresas, como supermercados e indústrias.

Arruda citou também o caso das bancas de jornais e revistas, cujos contratos originais de concessão permitiam a transferência a terceiros, o que fica assegurado com o projeto aprovado ontem. "Em Brasília, temos contratos da época de Juscelino Kubitschek que estão sendo transferidos a herdeiros. Não é justo submeter os donos dessas bancas ao processo de licitação", disse Arruda.

Arruda citou também o caso das bancas de jornais e revistas, cujos contratos originais de concessão permitiam a transferência a terceiros, o que fica assegurado com o projeto aprovado ontem. "Em Brasília, temos contratos da época de Juscelino Kubitschek que estão sendo transferidos a herdeiros. Não é justo submeter os donos dessas bancas ao processo de licitação", disse Arruda.

Arruda citou também o caso das bancas de jornais e revistas, cujos contratos originais de concessão permitiam a transferência a terceiros, o que fica assegurado com o projeto aprovado ontem. "Em Brasília, temos contratos da época de Juscelino Kubitschek que estão sendo transferidos a herdeiros. Não é justo submeter os donos dessas bancas ao processo de licitação", disse Arruda.

Plenário renova duas concessões de rádio

O Senado Federal aprovou ontem a renovação das concessões das rádios Educadora Goitacá, de Campos (RJ), e Cultura, de Araraquara (SP). Foram ainda outorgadas permissões de funcionamento de emissoras de rádio às empresas Sistema de Comunicação Rio Bonito, de Araguacema (TO), e Organização Guaratubana de Comunicações, de Guaratuba (PR). Os senadores Lauro Campos (PT-DF) e José Eduardo Dutra (PT-SE) se abstiveram de votar.

O estado do Acre também foi autorizado a criar emissora de rádio por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, nos municípios de Tarauacá e Xapuri. Durante a discussão do projeto de decreto le-

gislativo, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou-se contra. Ele disse não se recordar, em 14 anos de Senado, de ter votado qualquer concessão de rádio para governo estadual ou municipal. O senador acredita que a tendência é a privatização, como aconteceu com a Rádio e a TV Nacional de Cruzeiro do Sul (AC). Para Nabor Júnior, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, está favorecendo o governo petista do Acre, em detrimento do PMDB, que faz parte da base de sustentação do governo no Congresso.

Durante os debates, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destacou que o Senado aprova rotineiramente diversas renovações de concessões de televisões

estatais, como a TV Cultura de São Paulo e as emissoras educativas. Outra destacou ainda que a melhoria será para o estado do Acre e não para o governo que eventualmente está no poder.

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a rotina do Senado tem sido respeitar o interesse dos estados, e que a maioria da população acreana não tem acesso aos meios de comunicação. Viana destacou ainda que a Casa votou recentemente a criação de emissoras estatais, como a Rádio Câmara e a TV Senado. As matérias foram aprovadas com o voto contrário do senador Nabor Júnior e abstenção de José Eduardo Dutra.

Secretário da Receita vai depor no final da investigação

Em encontro com o presidente e o relator da CPI, Everardo Maciel colocou-se à disposição para fornecer informações e combinou que prestará depoimento quando a comissão estiver recolhendo propostas para aperfeiçoar a legislação

O depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, será realizado no final dos trabalhos da CPI do Futebol, conforme ficou



acertado em encontro que ele teve ontem com o presidente e o relator da comissão, senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC). Na próxima semana serão ouvidos o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, e o chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao.

Segundo Álvaro Dias, o depoimento de Everardo Maciel não será na próxima semana, como estava previsto, porque o secretário da Receita estaria impossibilitado de fornecer várias informações cobertas pelo sigilo bancário. "Vamos marcar a sua vinda



Álvaro Dias teve encontro com Everardo, que elogiou as CPIs

para o momento em que a CPI estiver recolhendo propostas para aperfeiçoar a legislação", afirmou. Álvaro revelou que, até o momento, já foram lavrados mais de R\$ 100 milhões em autos de infração envolvendo personalidades ligadas ao futebol.

Além de colocar-se à disposição para depor e prestar todas as informações que os senadores julgarem necessárias, Everardo Maciel garantiu que designará um assessor da Receita Federal para acompanhar os trabalhos da comissão. O secretário elogiou os resultados das diversas comissões parlamentares de inquérito realizadas pelo Congresso e informou que atualmente 99 auditores da Receita estão trabalhando em casos levantados a partir de CPIs.

Requião alerta para possível "queima de arquivo" no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) protestou contra decisão da CPI da Assembléia Legislativa do Paraná que investiga o narcotráfico de transferir para a penitenciária estadual o depoente Marcelo Nascimento da Rocha, o que poderia levá-lo à morte para "queima de arquivo". Alertado pelo advogado de Marcelo Rocha, Requião mobilizou um deputado e um procurador para impedir a remoção do depoente, argumentando que "lá ele não sobreviveria uma semana".

O senador informou que o presidente da CPI paranaense, deputado Algaci Túlio, foi citado pela CPI do Narcotráfico da Câmara Federal, que localizou

dois cheques suspeitos depositados na conta do parlamentar. Por sua vez, o depoente Marcelo Nascimento da Rocha fez declaração por escrito em que implica dois deputados estaduais e um deputado federal, informou Requião.

O senador manifestou também a sua indignação com o que chamou de "atos antijurídicos e ideologicamente conotados" por parte do Poder Judiciário. Ele se referia ao cancelamento de liminar que sustava a venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado) e anulava seus efeitos, decidido na quarta-feira pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo o senador, o juiz que concedeu a liminar baseou a decisão em uma série de irregularidades que veri-



Requião critica transferência de depoente de CPI para penitenciária estadual

ficou no processo de privatização do banco estadual. O governo do estado ignorou a liminar e recorreu ao STJ, onde conseguiu o cancelamento.

— O Paraná foi roubado e a Justiça faltou com o estado — afirmou o senador, para quem o Poder Judiciário "tem consagrado vendas absurdas do patrimônio público".

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 1999. Renova a concessão da Rádio Educadora Goitacá OM Ltda., de Campos (RJ).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Cultura Araraquara FM Ltda., de Araraquara (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2000. Outorga permissão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito FM Ltda., de Araguacema (TO).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2000. Outorga permissão à Organização Guaratubana de Comunicações OM Ltda., de Guaratuba (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2000. Autoriza a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour do governo do Acre a operar rádio FM em Tarauacá (AC).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2000. Autoriza a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour do governo do Acre a operar rádio FM em Xapuri (AC).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1999. Senador José Roberto Arruda. Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública e dá outras providências.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), ficando prejudicado o projeto. Aprovada a subemenda à Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), ficando prejudicada a Emenda nº 2-Plen. À Comissão Diretora, a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Osmar Dias estabelece normas para trabalho no campo

A jornada de trabalho rural não excederá oito horas diárias e 44 horas semanais, se o Senado aprovar projeto com que o senador Osmar Dias (PSDB-PR) deseja regulamentar o trabalho no campo. O texto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, caso aprovado, em qualquer atividade contínua de duração superior a seis horas, o trabalhador rural terá direito a intervalo para repouso e alimentação, período não computado em sua jornada.

Pelo projeto, esse trabalhador só poderá fazer duas horas extras por dia. E só em caso de necessidade imperiosa do serviço ou de colheita inadiável a jornada extraordinária poderá ultrapassar o limite diário de trabalho. Ficará também estabelecido que, se o empregado rural for impedido de trabalhar por fatores climáticos, o empregador lhe pagará salário como se fosse um dia normal.

Ao justificar a necessidade dessa mudança, Osmar Dias reconhece que não é uma matéria de fácil



Osmar Dias reconhece a dificuldade de disciplinar o trabalho no campo, mas propõe "um marco inicial"

disciplina. "As dimensões continentais do país, as diversidades culturais e sociais, além das variações de contexto territorial, de flora e de fauna, criam relações trabalhistas e práticas difíceis de ser englobadas num contexto normativo", disse ele. Mas alertou que o Legislativo não deve se intimidar com isso. O senador define seu projeto como um marco inicial, a partir do qual todo o ordenamen-

to trabalhista rural poderá ser reconstruído.

De acordo com o projeto, nos contratos por período limitado de trabalho não é assegurada a estabilidade, mas o empregador rural que, sem justa causa, despedir o empregado pagará indenização equivalente a 40% dos depósitos do FGTS. Outra norma estabelece que, entre duas jornadas de trabalho, haverá um período mínimo de 11 horas para descanso. Nos períodos de safra, esse tempo pode ser reduzido para nove horas, limitada essa redução a 15 dias ao mês.

Outra novidade do projeto é o banco de horas — instrumento a ser adotado por empregado e empregador, válido por período não superior a um ano agrícola, para ampliar ou reduzir as jornadas diárias e semanais de trabalho. Isso terá que ser feito dentro de um sistema de compensação formado por créditos e débitos. Como crédito entendem-se as horas a favor do empregado, e como débito, as horas a favor do empregador rural.

Amir Lando anuncia fórmula para pagar salário mínimo de R\$ 180

Segundo o relator do Orçamento, a maior parte dos recursos necessários para cobrir os gastos extras da Previdência virá do fim da isenção de Imposto de Renda para os fundos de pensão

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que já há dinheiro para aumentar o salário mínimo para R\$ 180 a partir de maio próximo. Ele concordou com a sugestão do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, de antecipar para 1º janeiro próximo uma parte do reajuste, que passaria dos atuais R\$ 151 para 159.

Amir Lando disse ainda que não tomará a iniciativa de incluir nos gastos orçamentários o pagamento dos 11,98% reconhecidos quarta-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para funcionários do Judiciário, como reposição de perdas ocorridas na conversão dos salários para a URV. Para ele, é prerrogativa do Executivo propor aumento nos gastos com pessoal.

O relator-geral explica que o dinheiro para bancar o reajuste do



Lando propõe que o mínimo passe a R\$ 159 em janeiro e a R\$ 180 a partir de maio

mínimo virá em parte dos fundos de pensão, que serão obrigados a pagar Imposto de Renda sobre suas aplicações financeiras. O assunto será julgado em novembro pelo STF. Se a decisão for desfavorável à União, os congressistas aprovarão uma mudança na lei com essa fina-

lidade. “Está se formando no país um consenso contrário à isenção dos fundos de pensão”, observou.

A cobrança do imposto do fundos renderia R\$ 2 bilhões por ano, sem contar o estoque acumulado da dívida. Os consultores de orçamento e fiscalização do Senado e da Câmara calculam que, para viabilizar o mínimo de R\$ 180, haveria necessidade de R\$ 3,8 bilhões, destinados à Previdência Social.

O restante das verbas para bancar o mínimo sairia de reestimativas das receitas. O governo previu em sua proposta orçamentária receitas tributárias de R\$ 268,9 bilhões e um comitê de deputados e senadores foi encarregado de examinar os números do Executivo. Foram identificados vários pontos em que o Executivo foi conservador nas previsões de arrecadação. Lando decidiu esperar o comportamento das

receitas do terceiro trimestre para apresentar sua reestimativa.

Amir Lando anunciou ainda que não aceitará as propostas de deputados e senadores ao seu relatório preliminar que elevam o valor das emendas de gastos dos parlamentares. Pelas atuais normas, cada deputado ou senador pode apresentar até dez emendas, desde que o seu valor global não passe de R\$ 1,5 milhão. Há uma verba no Orçamento destinada exclusivamente às emendas do Congresso. Foram apresentadas 118 emendas ao relatório preliminar de receitas, inclusive seis que tratam da criação de um fundo para bancar o aumento do salário mínimo. O dinheiro desse fundo seria destinado à Previdência Social. O relatório preliminar será votado pela Comissão Mista de Orçamento às 16h de terça-feira.



Roberto Saturnino: “Os servidores aposentados têm sido agredidos pela política econômica do governo”

Saturnino apóia pleitos de servidores aposentados

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) divulgou ontem carta encaminhada aos parlamentares pelo Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas, que é formado por diversas associações de servidores, alertando contra a possível aprovação pelo Congresso de uma emenda constitucional e de um projeto de lei, ambos tramitando na Câmara dos Deputados, que podem prejudicar os funcionários públicos. A emenda trata da contribuição de servidores inativos e o projeto de lei dispõe sobre a previdência complementar em entidades da administração pública.

Saturnino apoiou as reivindicações, considerando “legítima e justa a defesa dos interesses de servidores aposentados e pensionistas que têm sido agredidos pela política econômica do governo”. A emenda apresentada pelo governo procura inserir a contribuição previdenciária para os inativos. A contribuição previdenciária de servidores inativos foi, por sinal, incluída, no projeto de lei orçamentária para 2001, embora a matéria já tenha recebido parecer contrário do Supremo Tribunal Federal.

O documento lido pelo senador alerta contra a possibilidade de, em virtude de projeto em tramitação na Câmara, os servidores serem obrigados a ingressar, sem direito de recusa, em um sistema previdenciário que assegure os lucros de seguradoras privadas e condene ao prejuízo os seus segurados, involuntários.

A carta informa que tem circulado na Câmara um substitutivo apócrifo ao projeto, que altera “profunda e negativamente” a proposta inicial do governo, e que seria apresentado e votado no próximo dia 8.

ACM falará com FHC e Temer sobre acréscimo de 11,98%

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou na manhã de ontem que irá estudar a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável ao acréscimo de 11,98% nos salários dos servidores do Judiciário para decidir se a medida deve ser aplicada aos funcionários do Legislativo. Ele anunciou que conversará sobre o assunto com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o deputado Michel Temer, presidente da Câmara.

O percentual é referente à conversão do cruzeiro real em Unidade Real de Valor (URV) em abril de 1994. Como os funcionários desses Poderes recebiam no dia 20 de cada mês e os salários foram convertidos dia 30, o Supremo entendeu que houve prejuízo



Na opinião de Antonio Carlos, é preciso dar prioridade para o salário mínimo e “para os que ganham menos”

aos servidores.

– Em primeiro lugar, acho que a decisão do Supremo tem de ser respeitada. Pessoalmente, consi-

dero que ela é injusta pois vai favorecer aqueles que já ganham mais e acho que nós temos que olhar a distribuição de renda do Brasil. Olhar para os que ganham menos – argumentou Antonio Carlos, lembrando o esforço que vem sendo feito pelo Congresso e o governo para aumentar o salário mínimo. “Há uma série de reivindicações justas do funcionalismo público, mas nós temos que elevar o salário mínimo”, ponderou.

O senador Antonio Carlos Ma-

galhães informou também que irá reunir-se com Temer e Fernando Henrique para buscar maneiras de pagar a diferença do FGTS referente aos anos de 1989 a 1990.

Ele informou que, em recente audiência com o presidente da República, este comunicou-lhe que já solicitou ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, um estudo para saber como pagar os R\$ 43 bilhões devidos aos trabalhadores que tinham conta no fundo no período.

CPI DO FUTEBOL

Antonio Carlos acrescentou que a CPI que investiga as irregularidades no futebol brasileiro só entrará em funcionamento em caráter mais efetivo a partir da segunda-feira, depois de encerradas as eleições municipais.

Aumento é “imperativo”, afirma Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu ontem em Plenário aumento de salário para os servidores públicos lotados em todos os níveis de governo. Conforme o senador, a medida agora é um “imperativo”, já que a recomposição do salário mínimo está praticamente resolvida com a elevação para R\$ 180, valor que vi-

nha sendo defendido pelo PFL.

Francelino cobrou do governo federal encaminhamento mais célere do assunto. Lembrou que, por ocasião das últimas enchen-tes em Minas Gerais, esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso em viagem pelas áreas atingidas, recebendo dele a promessa de resolver a pendência

com a maior brevidade possível.

– Os servidores federais são sempre considerados vilões, embora recebam salários miseráveis. Até mesmo no Legislativo, os salários são, muitas vezes, insuficientes para a sobrevivência – disse o senador, que pregou a união do Senado e da Câmara para solucionar o problema.



O senador Francelino Pereira sugere que o Senado e a Câmara se unam para resolver o problema

Ensino médio muda perfil da educação, diz Alcântara

Senador pelo Ceará elogia Ministério da Educação e ressalta que novo sistema substitui a quantidade pela qualidade, promovendo uma aprendizagem significativa e “assentada na realidade concreta da vida”



Lúcio Alcântara: currículo flexível responde às peculiaridades regionais

O novo ensino médio mudará o perfil da educação brasileira, preparando o jovem para a vida, o trabalho e a cidadania, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para o senador, o novo sistema representa uma forma ino-

vadora de levar a revolução do conhecimento às escolas brasileiras.

Alcântara, que elogiou o trabalho realizado pelo ministro da Educação, Paulo Renato, explicou que o cerne da proposta do governo federal é mudar o foco do processo educativo no ensino médio, oferecendo ao jovem um currículo flexível, com su-

ficiente latitude para responder às necessidades pessoais e às peculiaridades regionais. O senador acrescentou que a velha concepção de grade curricular, uma espécie “de cárcere solitário a que cada disciplina estava condenada”, será substituída por parâmetros curriculares.

— O que se quer é substituir a

quantidade pela qualidade, isto é, promover uma aprendizagem significativa, fundamentalmente assentada na realidade concreta da vida — afirmou.

Para o parlamentar, o novo ensino médio nasce comprometido com o pensamento crítico e com a cidadania.

Senador homenageia Darcy, que “vive pela força das idéias”

O senador Lúcio Alcântara lembrou com emoção o 78º aniversário de nascimento do ex-senador Darcy Ribeiro (foto), transcorrido ontem. Alcântara afirmou que Darcy, falecido em 1997, “vive pela força de suas idéias”.

Darcy Ribeiro, “cujo corpo miúdo sustentava um cérebro gigante,

era grandioso em tudo o que fazia”, disse o senador. Alcântara recorreu aos momentos de convívio no Senado, especialmente quando Darcy Ribeiro pronunciou seu primeiro discurso, no qual confessara “o completo fracasso” de sua trajetória. “Assim, como antropólogo, teria fracassado ao não conseguir es-

tancar o processo de extermínio de nossos índios; como político, ocupando a chefia da Casa Civil de um governo comprometido com as reformas de base, de que tanto carecia o país, fracassou por assistir, impotente, à derrubada do presidente João Goulart; como educador, fracassara no generoso projeto de cri-

ação da Universidade de Brasília, pois que, com a ruptura de 1964, viu sua diletta filha cair na vida”, assinalou Alcântara.

Lúcio Alcântara disse ainda que Darcy Ribeiro era assim, alguém em que aparentes fracassos eram, na verdade, símbolo de exuberante vitória.



TV Senado entrevista inventor

No *Entrevista Especial* deste final de semana, na TV Senado, o jornalista Fernando Cesar Mesquita conversa com o pesquisador Paul Laussac, inventor de aparelhos utilizados em tratamentos de saúde. O programa vai ao ar amanhã e domingo, às 11h e às 23h.

Na Senado FM, Porter e Gershwin em português

A música de Cole Porter e dos irmãos Gershwin com letras em português é a principal atração neste final de semana do programa *Improvisado — Jazz sem Fronteiras*, na Rádio Senado FM. Cantores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque e Elza Soares estarão apresentando as versões preparadas pelo letrista Carlos Rennó para alguns dos clássicos da música americana. Em paralelo, Louis Armstrong, Frank Sinatra, Chet Baker, Billie Holiday e outras feras do jazz nos apresentam as canções originais.

As músicas em português integram o disco *Canções, Versões*. O projeto buscou recriar as composições tanto de Cole Porter como de George e Ira Gershwin, seguindo o espírito e mesmo a construção das canções. O programa vai ao ar amanhã às 20h, com reprise no domingo às 23h30, na Rádio Senado FM, 91,7.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Dep. federal Tetê Bezerra, presidente da Frente Parlamentar de Cancerologia, e o médico cancerologista Roberto Gomes falam do I Fórum Nacional de Cancerologia
7h30 — *Entrevista* — O embaixador do Panamá, Olimpo Saez, fala da infância e adolescência no milênio
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Educação especial
9h — *Sessão Plenária* (vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
18h — *Cores do Brasil* — Lençóis do Maranhão
18h30 — *Quem tem medo da música clássica?* — Haydn — *Sinfonia A Rainha*
19h30 — *Agenda Econômica* — Márcio Pochmann, professor da Unicamp, fala sobre desemprego
20h30 — *Entrevista* — Embaixador do Panamá, Olimpo Saez, fala da infância e adolescência no milênio
21h — *Jornal do Senado*
21h10 — *Especial* — Sergipe
21h30 — *Canal Médico* — Reunião Preparatória para o 47º Congresso de Anestesiologia
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Bangladesh*, com Mano Borges
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Aleluia Gretchen*, de Sylvio Back

AMANHÃ

2h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 1
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
3h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff fala sobre a política nacional de sangue
4h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 1
4h30 — *Jornal do Senado*
4h40 — *Especial* — Sergipe
5h — *Canal Médico* — Proteus — aula 14
6h — *TV Escola*
6h30 — *Agenda Econômica* — Paulo Gil Höck Introini, presidente do Unifisco
7h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Piva fala sobre o apoio ao esporte amador
8h — *Jornal do Senado*
8h10 — *Especial* — Sergipe
8h30 — *TV Escola* — PCN — Matemática — Medindo áreas

9h — *ABD no Ar* — A estética do cinema argentino
9h30 — *De Coração* — Medicina Nuclear em Cardiologia
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — Uma viagem pela música erudita
11h — *Entrevista* — Terapias alternativas
12h — *Jornal do Senado*
12h10 — *Especial* — Sergipe
12h30 — *Entrevista* — Wilson Picler, físico, fala sobre ciência e espiritualidade
13h — *TV Escola* — PCN — Matemática — Tratamento da informação
13h30 — *Agenda Econômica* — Paulo Gil Höck Introini, presidente do Unifisco
14h30 — *Espaço Cultural* — Billy Blanco
16h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da

Amazônia — parte 1
16h30 — *Entrevista* — Sen. Júlio Eduardo fala sobre política ambiental
17h — *Revista Brasília* — nº 14
18h — *Quem tem medo da música clássica?*
19h — *Tela Brasileira* — José Antônio Garcia
19h30 — *Canal Médico* — Tratamento da dor
20h30 — *Entrevista* — Embaixador do Panamá
21h — *Jornal do Senado*
21h10 — *Especial* — Sergipe
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo*
23h — *Entrevista Especial* — Terapias alternativas
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *Aleluia Gretchen*

DOMINGO

2h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2
2h30 — *Jornal do Senado*
3h — *Cores do Brasil* — Manaus
3h30 — *Entrevista* — Embaixador do Panamá
4h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da

Amazônia — parte 2
4h30 — *Jornal do Senado*
4h40 — *Especial* — Sergipe
5h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
5h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2
6h — *TV Escola*
6h30 — *Cidadania* — Dep. federal Tetê Bezerra
7h30 — *Entrevista* — Sen. Júlio Eduardo
8h — *Jornal do Senado*
8h10 — *Especial* — Sergipe
8h30 — *TV Escola* — Educação especial
9h — *Tela Brasileira* — José Antônio Garcia
9h30 — *De Coração* — A medicina nuclear em cardiologia
10h — *Quem tem medo da música clássica?*
11h — *Entrevista* — Terapias alternativas
12h — *Canal Médico* — Tratamento da dor
13h — *TV Escola* — Educação especial
13h30 — *Debate* — Sen. Artur da Távola, Iarni Carlos Varella, superintendente da Área Ambiental da Petrobras, e José Henrique Cortez, da Câmara de Cultura, falam sobre a Petrobras e a gestão ambiental
14h30 — *Espaço Cultural* — Billy Blanco
16h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — parte 2
16h30 — *Especial* — Sergipe
17h — *Revista Brasília* — nº 14
18h — *Quem tem medo da música clássica?*
19h — *ABD no Ar* — A estética do cinema argentino
19h30 — *Agenda Econômica* — Paulo Gil Höck Introini, presidente do Unifisco
20h30 — *Entrevista* — Sen. Geraldo Althoff
21h — *Especial* — Sergipe
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Homenagem a Antônio Royal*
23h — *Entrevista Especial* — Terapias alternativas
24h — *Revista Brasília* — nº 14

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Bezerra defende juros mais baixos para agricultor

Senador cobra interesse do governo na aprovação da medida provisória que garante recursos dos fundos constitucionais em condições mais favoráveis para os pequenos produtores rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou do governo um interesse efetivo na imediata aprovação da medida provisória que libera créditos a juros mais baixos para os pequenos produtores rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através dos chamados fundos constitucionais. A medida provisória já foi reeditada várias vezes pelo Executivo, informou o senador, e está sendo analisada por uma comissão mista do Congresso há 26 meses.

Conforme Carlos Bezerra, apesar de o governo firmar acordos entre as lideranças visando à aprovação da matéria, até hoje a comissão não deliberou sobre a medida provisória, o que vem prejudicando milhares de agricultores. Como exemplo, informou que somente no seu estado, Mato Grosso, os recursos dos fundos constitucionais são da ordem de R\$ 120



Carlos Bezerra diz que a demora na aprovação da MP prejudica milhares de agricultores

milhões, o que beneficiaria cerca de 30 mil famílias. O dinheiro seria aplicado no custeio da lavoura.

O senador observou que não adianta o governo assentar famílias no campo sem antes implantar uma verdadeira política agrária e fornecer meios para que elas tenham acesso a financiamentos com juros baixos. Do contrário, frisou, a agricultura brasileira vai continuar atrasada, além de se agravar a

pobreza em todo o meio rural.

Depois de lembrar que cerca de R\$ 800 milhões estão retidos nos fundos constitucionais, Carlos Bezerra apontou o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, como um dos principais responsáveis pelo engavetamento da matéria. “Se fosse um projeto beneficiando os banqueiros, o governo certamente já o teria aprovado”, afirmou.

Efeito estufa exige medidas preventivas, alerta Jucá

Os perigos da poluição atmosférica, em especial o efeito estufa em consequência da dissolução da camada de ozônio pelo gás carbônico, levaram o senador Romero Jucá (PSDB-RR) a fazer um alerta para a necessidade de medidas preventivas por parte das autoridades ambientais brasileiras e internacionais. O efeito estufa é provocado pela absorção da radiação solar que, aquecendo a superfície do planeta, produz irradiação que permanece nas camadas atmosféricas interiores, elevando, em consequência, a temperatura.

A Conferência do Japão, que discutiu o assunto, indica, na avaliação de Jucá, um futuro mais alentado. No entanto, salienta, a sociedade precisa estar atenta, pois apesar dos alertas da comunidade científica a respeito de uma iminente catástrofe ecológica, as necessidades do modelo consumista da vida atual têm produzido gás carbônico em velocidade crescente.

Segundo Jucá, desde 1998, quando promoveu o primeiro Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, a ONU vem investindo esforços intelectuais e financeiros na



Jucá lamenta que acordo do Rio não tenha saído do papel

discussão sobre o problema da qualidade do ar e das consequências do efeito estufa sobre a Humanidade. Dois anos depois, os cientistas produziram um relatório que previa a duplicação do nível de gás carbônico em 100 anos, aumento na temperatura média global em 1,5°C a 4,5°C, secas devastadoras, grandes enchentes, tornados, ciclones, maremotos e proliferação de insetos.

O senador lembrou que os países industrializados são responsáveis por 70% dos gases emitidos e, por isso, deveriam assumir o maior compromisso com a causa ecológica.

— Nessa linha, a Conferência de 92 estabelecia que os países industrializados deveriam fixar, para o ano 2000, um volume de emissões não superior ao verificado em 1990. No entanto, pressionado pelo lobby das indústrias de petróleo, carvão e automóveis, o famigerado G-7 (grupo dos sete países mais ricos) sabotou o acordo, exigindo que os países emergentes também fossem submetidos às limitações. Resultado: o acordo do Rio (ECO 92) não saiu do papel, restringindo-se ao plano das boas intenções — explicou.

Patrocínio registra negociação do álcool em bolsa

O álcool anidro carburante será negociado na Bolsa de Mercadorias & Futuros, destacou ontem o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Ele acredita que a medida fortalecerá o setor alcooleiro, ajudando a diminuir a dependência do país em relação ao petróleo.

— O Brasil não pode viver na dependência eterna dos humores dos donos do petróleo. Basta vermos o que pode acontecer agora, com os conflitos no Oriente Médio — disse.

A possibilidade de que produtores, distribuidoras de combustíveis e investidores em geral negociem contratos futuros de lotes de álcool anidro carburante na BM&F tem o efeito de aumentar a liquidez do setor, avalia o senador. Além disso, favorecerá a formação estável de preços, aumentando o crédito e diminuindo a necessidade de subsídios públicos ao setor. “A cadeia produtiva do álcool, por sua vez, gera 1,4 milhão de empregos”, afirmou, destacando a importância do setor para a economia do país.

Patrocínio disse que, por enquanto, é necessária a concessão de benefícios aos produtores de álcool. Segundo ele, esta seria uma forma de equilibrar a balança comercial, prejudicada pela alta do preço do petróleo. “Isso acarreta



Patrocínio defende fortalecimento do setor alcooleiro para evitar os “humores dos donos do petróleo”

o não cumprimento dos nossos compromissos com o FMI e de outros compromissos relacionados ao déficit fiscal brasileiro. São coisas que poderíamos ter evitado, exportando álcool anidro e utilizando-o como combustível”, frisou.

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou, em aparte, a importância da discussão de alternativas energéticas para o desenvolvimento do país. O senador Júlio Eduardo (PV-AC) também se solidarizou com Patrocínio e destacou que o álcool é menos poluente e diminui a emissão de gás carbônico. Para o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o país, por preconceito contra os produtores, vem desperdiçando oportunidades de se tornar auto-suficiente do ponto de vista energético.

— O Brasil já teve uma possibilidade e a demonstrou na vida

prática, quando implantou o Proálcool; quando permitiu que se desenvolvesse uma tecnologia de motores usando o álcool como combustível único; quando permitiu, enfim, que se utilizasse um combustível alternativo, limpo, renovável, como é o álcool carburante. No entanto, estamos vulneráveis a essas circunstâncias e poderíamos não estar — lamentou.

Também em aparte, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que o Brasil está finalizando a resolução dos problemas técnicos que impediam que o álcool se tornasse o combustível alternativo. Ele se referia à criação de um aditivo — o AIP-102 —, extraído do sumo da soja, que já poderá ser produzido em escala industrial e deverá resolver os problemas ambientais da utilização do produto.

Dutra critica acusações de Maluf e Magalhães contra candidatos do PT

Senador afirma que seu partido, que vai disputar o segundo turno das eleições municipais com candidatos a prefeito em 16 cidades, tem obrigação de responder à altura a todas as críticas

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou ontem “as acusações pessoais” que os candidatos a prefeito Paulo Maluf (PPB), em São Paulo, e Roberto Magalhães (PFL), no Recife, estão fazendo contra candidatos do PT, na campanha pelo segundo turno das eleições municipais. Dutra afirmou que Maluf e Magalhães estão usando “argumentos retrógrados e baixos”, que, segundo ele, refletem o desespero natural da direita e de parte da elite brasileira.

— Esses argumentos dos saudosos da ditadura, externados por Paulo Maluf e Roberto Magalhães, não surpreendem, até porque ambos são oriundos, aliados, cúmplices da ditadura militar, das torturas, do exílio, do assassinato de brasileiros — disse Dutra.

O senador acrescentou que os petistas têm a obrigação de responder à altura, nos debates políticos, todas as acusações. No caso de São Paulo, o parlamentar disse que é evidente que as chamadas forças progressistas estão unidas em torno da candidata Marta Suplicy, que, segundo ele, tem compromisso assumido com as liberdades democráticas e defende a ética na política. “Já Paulo Maluf utiliza argumentos antigos dos ademaristas e não dá mais para continuar com o velho esquema do rouba, mas faz”, acrescentou Dutra.



Dutra acredita que no máximo em seis anos o PT governará o país

O senador citou também a disputa pela prefeitura de Goiânia, onde o candidato do PT obteve o apoio do PMDB e do PSDB. Ele criticou a postura do candidato adversário, Darci Accorsi, que hoje briga pela prefeitura contra o PT representando as forças de direita, mas já foi petista. “Para o caso do Accorsi lhe vai bem

a velha máxima: Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá”, ironizou.

Segundo José Eduardo Dutra, o PT vai disputar o segundo turno das eleições municipais com candidatos a prefeito em 16 cidades e, em outras cinco, à vice-prefeitura. Ele disse que

o partido tem chances de ganhar em quase a metade dessas cidades e, se realmente se confirmarem as expectativas, o PT novamente crescerá e o Brasil, para ele, sairá mais progressista com o resultado das urnas.

— A cada eleição constatamos que o partido cresce com segurança. Não houve uma eleição em que o PT houvesse diminuído. Tenho certeza de que daqui a dois ou seis anos o partido vai governar esse país. Estamos trabalhando para criar uma grande aliança, reunindo as forças de centro-esquerda do país — disse o senador.

Em aparte, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) lembrou que o Partido Verde disputa o segundo turno com o PT para a prefeitura de Guarulhos, em São Paulo.

Gilvam Borges pede mais combate à violência

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que, até o fim do governo, sejam cumpridas todas as metas do Plano Nacional de Segurança Pública, visando um combate mais efetivo à violência. Em discurso no Plenário ontem, o senador também propôs um esforço nacional em favor da educação, com a participação do presidente Fer-

nando Henrique e dos presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães. Para



Gilvam Borges quer esforço nacional em favor da educação

Gilvam, essa também seria a solução para um combate da violência a longo prazo.

Para exemplificar, o senador citou uma reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, de autoria de Renato Lombardi, segundo a qual o número de vigilantes a serviço da segurança privada chega a 1,1 milhão, enquanto os efetivos das polícias Civil, Militar e Federal não chegam a 510 mil. De acordo com o senador, esses dados revelam que os cidadãos estão gastando mais do que o Estado para obter algo que teriam direito de receber gratuitamente.

Gilvam ressaltou que, enquanto os ricos podem proteger-se, contratando serviços privados e pagando por equipamentos caros, os pobres moram em áreas de risco, sob constante ameaça de violência. Ele disse também que essa não é uma situação vivida apenas nos grandes centros urbanos, mas em todo o país.

— Segurança está virando um artigo de luxo. A maioria dos brasileiros vive com medo de tudo: de sair de casa, viajar, tirar dinheiro no banco, ir a uma loja, ao cinema ou a uma partida de futebol — afirmou.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que uma das causas da violência é a má distribuição de renda que existe no país, que chega a ser “criminoso”.

Nabor nega que seja contra recursos federais para o Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) negou ontem que esteja lutando para inviabilizar o repasse de recursos federais destinados pela proposta orçamentária de 2001 ao governo petista do estado do Acre. “Nunca fui contrário à alocação dos recursos. Se alguém apresentar provas materiais, como



Nabor garante que defendeu melhor divisão de recursos

gravação de fita, por exemplo, renúncio ao meu mandato”, disse.

Nabor disse que na reunião da bancada acreana, que discutiu as emendas a serem apresentadas à Comissão de Orçamento, apenas se posicionou contrário à aprovação de uma proposta que, segundo ele, beneficia em muito o governo estadual. Conforme informou, das 15 emendas de bancada, dez seriam para o estado (cerca de R\$ 100 milhões) e apenas cinco para os municípios.

— Em nenhum momento tentei discriminar o Acre. Apenas defendi a divisão equitativa das emendas entre o governo estadual e os municípios — disse Nabor Júnior ao criticar o jornal *Página 20*, que, segundo ele, distorceu a sua proposta e colocou seu nome como uma espécie de ini-

migo do Acre.

Ele observou que a posição assumida pelo jornal tem uma razão: “O periódico é mantido pelo governo do estado do Acre”. Ele considerou grave o jornal fazer uma interpretação dos fatos e tentar prejudicar a sua imagem perante toda uma população.

O senador Júlio Eduardo (PV-AC), coordenador da bancada acreana e que participou da reunião, disse que a sua impressão colhida durante a discussão das emendas era a posição contrária de Nabor Júnior à aprovação das emendas. “A discussão foi inviabilizada pelo posicionamento do senador”, opinou.

O senador criticou o uso de recursos do governo federal a favor de candidatos do PT a prefeituras de cidades acreanas. Para ele, o partido faz oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que não existem recursos dos governos federal, estaduais e municipais. “Nenhum governo é proprietário de recursos, que são orçamentários e oriundos de impostos”, disse.

“União tem tratado o estado com dignidade”, afirma Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem que o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) age movido por rancor ao dirigir suas críticas à administração petista no Acre. Nabor negou em discurso que venha lutando contra o repasse de recursos orçamentários ao Acre e atribuiu a informação



Tião Viana: Nabor tenta indispor governo federal com o estadual

ao jornal *Página 20*, segundo ele, mantido pelo governo Jorge Viana (veja matéria ao lado).

— Preferia não ter que contestar afirmações de um senador que há tanto tempo está nessa Casa. Bom seria se estivessemos unidos na causa do desenvolvimento do Acre. Mas o comportamento intranquilo, de ódio, de rancor e de perseguição ao governo exige uma resposta — salientou Tião Viana.

O senador do PT respondeu às acusações de Nabor de que o governo estadual utiliza recursos públicos federais, apesar de fazer oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso. “Temos um dever de gratidão com a União, que tem tratado o Acre

com dignidade”, disse Viana, acrescentando que os recursos federais respondem por cerca de 85% do orçamento acreano.

Tião Viana acusou Nabor de tentar indispor o governo federal com o estadual, fazendo futrica. “O senador deve desculpas ao povo acreano. Ele deve defender os interesses públicos acima dos interesses partidários.”

Com relação à discussão das emendas da bancada federal acreana, Tião Viana esclareceu que os critérios utilizados foram os mesmos da elaboração das emendas para o Orçamento de 2000. “Naquela ocasião, o senador Nabor Júnior votou favoravelmente. A crítica é perversa e injusta.” Tião Viana rebateu as acusações de que a Secretaria de Saúde do Acre teria adquirido medicamentos por preços maiores do que os praticados no mercado.

— Se alguém roubou foi a prefeitura do PMDB, segundo o Ministério Público, que investigou o episódio — afirmou.